



REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE SESIMBRA  
REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO  
DE 2018 ORDEM DO DIA

**REQUERIMENTOS E PROCESSOS**

Obras novas – ampliação e alteração de domínio habitacional, piscina e muro – licenciamento – Fonte Nova – Ribeiro Telheiras – Palames – Casal do Martelo – Diários do Oceano, Ld.<sup>a</sup> (16.776/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Destaque – Casal das Figueiras – António Casaca e Rosa Gaboleiro (44/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Destaque – Quintola de Santana – José Ferreira e Maria Prazeres Ferreira (47/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Destaque – Rua dos Curvais, n.º 8 – Aldeia do Meco – Luísa Martelo, Célia Martelo e Luis Martelo (45/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Operações de loteamento – loteamento urbano – substituição de hipoteca por depósito bancário – lote 3 – Lagoa de Albufeira – Luís Nunes (16.103/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Construção de Estabelecimento de Restauração e Bebidas – obras de urbanização em área não abrangida por operação de loteamento – receção provisória – rede viária e sinalização, água, águas residuais, eletricidade, ITUR, RSU e arranjos exteriores – EN 10 – Quinta do Conde – Regulsucesso, SA (16.736/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

AUGI 22 da Lagoa de Albufeira – receção provisória – valor da libertação da caução – retificação de parte da deliberação de 06.Julho.2017 (16.768/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

AUGI 22 da Lagoa de Albufeira – receção definitiva – rede viária e sinalização, água e águas residuais, infraestruturas elétricas, ITUR, espaços verdes, RSU e toponímia – Administração Conjunta da AUGI 22 (16.773/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Constituição de compropriedade n.º 09/18 – Rua das Ferroas – Casal dos Reis – Azoia

– João Vaz (procurador de Pierre Rainero e de Sébastien Lebrec) – emissão de parecer

(48/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**

Saneamento da Freguesia do Castelo – execução das redes de drenagem do concelho de Sesimbra – lote poente 1.ª fase sistema Zambujal/Aiana – vistoria – defeitos em período de garantia a corrigir – aprovação

(SGD 16.640/18 - Presidente)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Saneamento da Freguesia do Castelo – execução das redes de drenagem do concelho de Sesimbra – lote poente 2.ª fase sistema Fétais/Fornos – vistoria – defeitos em período de garantia já corrigidos – aprovação

(SGD 16.533/18 - Presidente)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Nova Conduta Distribuidora do Setor de Azoia – coordenadora de segurança – nomeação – ratificação (Presidente)

(SGD 16.259/18 - Presidente)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Nova Conduta Distribuidora do Setor de Azoia – fiscalização – designação – ratificação (Presidente)

(SGD 16.480/18 - Presidente)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Lançamento de Derrama Sobre a Coleta do IRC'2018 a cobrar em 2019 – envio à Assembleia Municipal (SGD /18 - Vereador - Finanças e Património)

*Deliberação: Não apreciado.*

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – fixação

da taxa a aplicar em 2018, a cobrar em 2019 – envio à Assembleia Municipal

(SGD 16.134/18 - Vereador - Finanças e Património)

*Deliberação: Aprovado, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino, que produziram declaração de voto, e do Vereador Francisco Luís, e com os votos contra dos Vereadores Dr. Américo Gegaloto e Dr. Carlos Silva, que produziram declaração de voto.*

Imposto Municipal sobre o Rendimento das Pessoas Singulares'2019 (IRS) – fixação da percentagem – envio à Assembleia Municipal

(SGD 16.125/18 - Vereador - Finanças e Património)

*Deliberação: Aprovado, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido, Eng.º Sérgio Marcelino, que produziram declaração de voto, e do Vereador Francisco Luís, e com os votos contra dos Vereadores Dr. Américo Gegaloto e Dr. Carlos Silva, que produziram declaração de voto.*

Requalificação da rede pedonal da EN 377 – Alfarim/Caixas, entre o Km 34,415 e o Km 34,530, e entre o Km 34,945 e o Km 36,510 – celebração de acordo de gestão entre o Município e a Infraestruturas de Portugal, SA – minuta – aprovação

(SGD 16.760/18 - Presidente)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Requalificação da rede pedonal da EN 378 – Santana/Cotovia, entre o Km 19,750 e o Km 20,920 – celebração de acordo de gestão entre o Município e a Infraestruturas de Portugal, SA – minuta – aprovação

(SGD 16.759/18 - Presidente)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Requalificação da rede pedonal, construção de uma rotunda e zona de estacionamento da EN 379 – Maçã/Santana, entre o Km 12+230 e o Km 14+450 – celebração de acordo de gestão entre o Município e a Infraestruturas de Portugal, SA – minuta – aprovação (SGD 16.762/18 - Presidente)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Grupo de Ação Local (GAL) ADREPES Costeiro – órgãos sociais – triénio 2018/2020 – representante do Município – designação

(SGD 16.777/18 - Presidente)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Ficha Técnica:

Propriedade e Edição Câmara Municipal de Sesimbra | Diretor Francisco Jesus (presidente) | Processamento e organização de conteúdos Secção de Apoio Administrativo da CM Sesimbra | Coordenação, paginação, revisão e distribuição Unidade Funcional de Comunicação e Informação da CM Sesimbra | Projeto Gráfico Bruno Campos | Paginaçao Hugo Flório | Periodicidade Mensal | Tiragem 100 exemplares | ISSN 1646-6640 | Depósito Legal 253527/07



Férias Jovem – Brincar Sesimbra – campo de férias – regulamento interno – aprovação (SGD 16.478/18 - Presidente - Juventude)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Venda Ambulante de Castanhas Assadas – zonas demarcadas – aprovação (SGD 16.867/18 - Presidente - Economia e Desenvolvimento Local)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Ordenamento da Avenida Principal com as Ruas 25 de Abril e Luís de Camões – Quinta do Conde – alteração do trânsito a título experimental – aprovação (SGD 16.644/18 - Vereador - Obras Municipais e Logística)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Sistema de Gestão da Qualidade/ciclo 2017/2018 – revisão – aprovação (SGD 16.196/18 - Presidente - Administração Geral)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Projeto de Responsabilidade Social do Portal da Queixa – adesão – celebração de protocolo de cooperação entre o Município e a Megaklique, Ld.ª – minuta – aprovação (SGD 16.027/18 - Presidente - Administração Geral)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade. O Vereador Dr. Carlos Silva, atendendo ao disposto no n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, não participou na discussão e votação deste assunto, tendo, por isso, se ausentado da sala de reuniões.*

Apoio a Projetos de Escola e Auxílios Económicos – subsídios eventuais – correção de rubricas económicas – retificação das deliberações de 04.Abril, 18.Julho, 20.Julho e 08.Agosto todas de 2018 (SGD 16.496/18 - Vice-Presidente - Educação)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Sesimbra – despesas de educação – subsídio eventual (SGD 16.661/18 - Presidente)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Sesimbra – seguro de veículo – subsídio eventual (SGD 16.624/18 - Presidente)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Carnaval'2018 – escolas e grupos de samba – subsídios eventuais – retificação da deliberação de 10.Janeiro.2018 (SGD 13.062/18 - Vice-Presidente - Ação Social)  
*Deliberação: Não apreciado.*

#### **INFORMAÇÕES – DECISÕES DA VICE-PRESIDENTE**

A Câmara tomou conhecimento dos:  
• Despachos de gestão urbana – zona ocidental de 02 a 16 de Outubro de 2018 (zona 2) e de 12 e 13 de Outubro de 2018 (zona 5).  
• Despachos de gestão urbana – zona oriental de 04 de Outubro de 2018.

#### **INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – OUTRAS**

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

- Da Chefe de Divisão de Recursos Humanos, dando conta da celebração e renovação de contratos de prestação de serviços celebrados com: Maria Inês Ventura Neves (celebração 02.Julho.18); Maurício José Vaz da Costa (celebração 13.Julho.18); Diogo Manuel Ferreira Moleta (celebração 24.Julho.18); Fernando Pascoal Martins (renovação 07.Agosto.18); João Maria Rosa Camões (renovação 01.Setembro.18) e Joaquim Manuel da Silva Carvalho (renovação 01.Setembro.18) (SGD 16.604/18).
- Do Gabinete Municipal de Ambiente e Sustentabilidade a enviar o relatório do projeto “Eco-Escolas’2017/2018 (SGD 14.665/18).
- Do Gabinete de Apoio às Pescas – Ruralidade e Empresário a enviar o relatório do projeto “Semana Gastronómica do Peixe-Espada Preto’2018”, que decorreu entre 26 de Maio e 03 de Junho. (SGD 14.665/18).

#### **INFORMAÇÕES**

##### **DA VICE-PRESIDENTE – OUTRAS**

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

- Da Comissão de Administração da AUGI 14 da Lagoa de Albufeira a enviar os seguintes documentos: contas intercalares e relatórios da Comissão de Fiscalização, referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017. (SGD 40.777/18).

##### **INFORMAÇÕES – VEREADOR DO PELOURO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO**

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

- Da Unidade de Contabilidade a enviar a relação das despesas efetuadas pelos diversos serviços com o fundo de maneo, durante o mês de Setembro’2018. (SGD 16.997/18)

#### **1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE NOVEMBRO – ALTERAÇÃO DO DIA E HORA**

Por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, alterar para o dia 06 de Novembro, às 14,30 horas, a sua 1.ª reunião ordinária que se deveria realizar no dia 07, às 10,00 horas, como inicialmente estava previsto, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal.

#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

Encerrada a ordem de trabalhos, foi aberto o período de intervenção ao público: Tendo usado da palavra o Senhor Pedro Filipe para agradecer a esta Câmara Municipal, a Homenagem prestada ao seu pai e tios, José, Alfredo, Gil, Pedro Filipe que iniciaram a tradição da Travessia da Baía e a dinamizaram durante anos

---

### **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2018**

Antes da Ordem do Dia a Câmara deliberou, por unanimidade, justificar a falta do Vereador Senhor Eng.º Sérgio Manuel Nobre Marcelino, por motivos de doença.

#### **REQUERIMENTOS E PROCESSOS**

Determinação do nível de conservação do imó-

vel, sito na Rua Armação Greta, 67 – Vila de Sesimbra – vistoria – Ana Sofia Zegre (17.494/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Determinação do nível de conservação do imóvel, sito na Rua Feliciano de Castilho, Rua João de Deus e Largo D. Nuno Álvares Pereira – Vila de Sesimbra – vistoria – QLife, Ld.ª (17.494/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Constituição de compropriedade n.º 10/18 – Casal dos Reis – Azoia – José Manuel da Cruz, cabeça de casal da herança de Aline Polido Francisco – emissão de parecer (49/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

#### **PESSOAL**

Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Sesimbra – aprovação (16.125/18 - Presidente - Recursos Humanos)  
*Deliberação: O assunto será apreciado numa reunião extraordinária a realizar no dia 14 de Novembro de 2018, pelas 9,30 horas, no Auditório Conde Ferreira.*

#### **DELIBERAÇÕES DIVERSAS**

Lançamento de Derrama Sobre a Coleta do IRC’2018 a cobrar em 2019 – envio à Assembleia Municipal (SGD 17.505/18 - Vereador - Finanças e Património)  
*Deliberação: Aprovado, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, da Vice-Presidente e dos Vereadores Dr. José Polido e Francisco Luís e com os votos contra dos Vereadores Dr. Américo Gegaloto e Dr. Carlos Silva, que produziram declaração de voto.*

Taxa Municipal de Direitos e Passagem’2019 – fixação – envio à Assembleia Municipal (SGD 17.441/18 - Vereador – Obras Municipais e Logística)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Serviços Urbanos – tabela tarifária’2019 – manutenção (SGD 17.348/18 - Vereador - Finanças e Património)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade, com declaração de voto dos Vereadores Dr. Américo Gegaloto e Dr. Carlos Silva, já produzida sobre o assunto na reunião ordinária de 10 de Janeiro de 2018.*

Empreendimentos Turísticos – comissão de vistoria e comissão de auditoria – alteração à constituição (SGD 17.129/18 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)  
*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Fogo sito no Bairro Argeis, fração J, 2.º Esq.º, bloco 4, sito na Rua Conceição Morais, na Vila de Sesimbra – renúncia do direito de preferência – Maria da Luz Rodrigues, cabeça de casal de

herança de Joaquim Vieira Rodrigues (SGD 17.510/18 - Vereador - Finanças e Património)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Toponímia – atribuição de topónimo “Rua do Alecrim” – Pinheirinhos – aquisição de sinalização – transferência para a Junta de Freguesia do Castelo

(SGD 17.104/18 - Vereador - Toponímia)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Associação Humana – recolha de vestuário e calçado usado – entrega de verba anual, no âmbito do protocolo celebrado com o Município – Grupo de Voluntariado “Encontra a Esperança”, da paróquia da Quinta do Conde

(SGD 16.810/18 - Vice-Presidente - Ação Social)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Sesimbra – festa de natal’2018 – subsídio eventual

(SGD 17.359/18 - Presidente)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Surf Clube de Sesimbra – organização do Race’2018 de Sup – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – subsídio eventual

(SGD 17.259/18 - Presidente - Desporto)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

Centro de Estudos Querubim Lapa – Conferência “Uma Visão Moderna - Architecture and Design Conference” – subsídio eventual

(SGD 17.186/18 - Presidente - Turismo)

*Deliberação: Aprovado, por unanimidade.*

#### **INFORMAÇÕES – DECISÕES DA VICE-PRESIDENTE**

A Câmara tomou conhecimento dos:

• Despachos de gestão urbana – zona oriental de 24 de Outubro de 2018.

#### **INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – OUTRAS**

A Câmara tomou conhecimento dos:

• Do Gabinete de Projetos, Gestão e Fiscalização de Obras a dar conta da “4.ª liberação da caução respeitante à empreitada da obra de “Saneamento da Freguesia do Castelo – execução das redes de drenagem do concelho de Sesimbra – lote poente 2.ª fase – sistema Fétais/Fornos”. (SGD 17.397/18)

• Da Divisão de Cultura e Desporto – Desporto a enviar o relatório da “34.ª Regata de Aiolas e Atividades Paralelas – Provas Desportivas de Setembro e Outubro de 2018”. (SGD 16.715/18)

• Do Gabinete de Turismo, economia Local e Pescas/Comércio Local a dar conhecimento do “processo de desistência do lugar de venda de produtos apícolas na zona fixa de venda ambulante no Cabo Espichel – Horácio Francisco Peres”. (SGD 16.892/18)

#### **INFORMAÇÕES**

##### **DA VICE-PRESIDENTE – OUTRAS**

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

• Do Gabinete de Habitação e Ação Social a enviar o relatório de “Avaliação do Plano de Desenvolvimento Social de Sesimbra 2014/2017 e do Plano de Ação Bianual 2016/2017”. (SGD 15.607/18).

#### **INFORMAÇÕES – DECISÕES DO VEREADOR DO PELOURO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO**

A Câmara tomou conhecimento do seguinte:

• Da Unidade de Contabilidade a enviar a 20.ª alteração ao Orçamento e a 18.ª alteração às GOP’s2018, documentos aprovados pelo respetivo Vereador. (SGD 17.017/18)

#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO**

##### **ABERTO AO PÚBLICO**

Encerrada a ordem de trabalhos, foi aberto o período de intervenção ao público, não tendo havido qualquer tipo de pedido de esclarecimento.

#### **DESPACHOS DA VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA ZONA OCIDENTAL**

(Por delegação do Executivo)

##### **Reunião de 08 de Agosto de 2018**

##### **de 10 e 31 de Junho de 2018**

Processo n.º 206/2017 – Pedro Miguel Roque – Licenciamento de construção de moradia, telheiro, piscina e muro – Rua José Soares, lote 14 – Pinhal de Cima – valor da licença 2.988,58€ – \*STP 178,04 m2 – Deferido

Processo n.º 219/2017 – David Polido Raimundo – Licenciamento de construção de moradia e muro – Rua das Flores – Aiana de Cima – valor da licença 5.608,07€ – \*STP 132,50 m2 – Deferido

Processo n.º 219/1996 – Marta Sofia Madeira Primo – Legalização de alterações em anexo e legalização de piscina – Rua Serra da Adiça, lote 6 – Alto das Vinhas – valor da licença 157,38€ – \*STP 31,20 m3 – Deferido

Processo n.º 147/2017 – João Natálio Marçalo – Licenciamento de construção de moradia e muro – Rua Pinhal da Faúlha, lote 59 – Sampaio – valor da licença 657,52€ – \*STP 182 m2 – Deferido

Processo n.º 191/1992 – Desidério Maurício Pinhal – Licenciamento de alterações – Zambujal – valor da licença 269,35€ – \*STP 5,60 m2 (telheiro) – Deferido

Processo n.º 183/2016 – António João Pegado Anacleto – Licenciamento de alteração/ampliação – Rua 31 de Janeiro, n.º 34 e 36 – Sesimbra – valor da licença 6.456,07€ – \*STP 55,40 m2 – Deferido

Processo n.º 36/1983 – Maria Fernanda Frois Sequeira – Licenciamento de alterações – Rua Mouzinho da Silveira, n.º 4 – Charneca da Cotovia – valor da licença 2.036,55€ – \*STP 43,03 m2 – Deferido

Processo n.º 223/2017 – Livia Plamadela – Licenciamento de construção de moradia – Rua Cidade de Coimbra – Caixas – valor da licença 326,47€ – \*STP 132,50 m2 – Deferido

Processo n.º 167/2017 – Antónia Maria da Silva Martins – Licenciamento de construção de moradia, piscina e muro – Rua Porto D’Era – Aiana – valor da licença 5.386,53€ – \*STP 77,10 m2 – Deferido

Processo n.º 67/2016 – Portucale Ventures,

Imobiliária, SA – Demolição parcial de edifício – Largo 5 de Outubro n.º 1 e Rua da Republica n.º 19 e 21 – Sesimbra – valor da licença 436,11€ – \*STP 296,09 m2 – Deferido

Processo n.º 59/1962 – Lucindo Cardoso – Legalização de alterações em muro – Covas da Raposa – valor da licença 24,90€ – \*STP 39,20 m – Deferido

Processo n.º 99/2018 – Arménio Rodrigues da Silva – Licenciamento de vedação – Aiana de Cima – valor da licença 85,04€ – \*STP 145,48 m – Deferido

Processo n.º 144/2010 – Pedro José Santos Mendes Barata – Novo licenciamento de habitação de apoio à atividade agrícola, muro e vedação – Aiana de Baixo – valor da licença 6.759,81€ – \*STP 60,93 m2 – Deferido

Processo n.º 26/2017 – Maria Carlota Carlota Johnsen – Licenciamento de alteração/ampliação em edifício – Rua D. Dinis, n.º 49 – Sesimbra – valor da licença 7.324,51€ – \*STP 73,39 m2 – Deferido

Processo n.º 23/2018 – Luís Manuel da Cruz Pereira – Licenciamento de alteração/ampliação em fração habitacional – Rua da Fé, n.º 50 – Sesimbra – valor da licença 3.349,69€ – \*STP 60,97 m2 – Deferido

Processo n.º 6/2018 – António Joaquim Pereira de Barros – Licenciamento de moradia e muro – Rua do Girassol, lote 1 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 498,54€ – \*STP 132 m2 – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

#### **DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA ZONA OCIDENTAL POR MOTIVOS DE FÉRIAS DA VICE-PRESIDENTE**

(Por delegação do Executivo)

##### **Reunião de 09 de Outubro de 2018**

##### **de 17 de Setembro de 2018 (zona 5 e 1)**

Processo n.º 148/2017 – Pefirmana-Comércio de Materiais de Construção, Ld.ª – Licenciamento de construção de moradia, garagem, piscina e muro – Rua Rio Mondego, lote 53 – Almoinha – valor da licença 960,78€ – \*STP 310,60 m2 – Deferido.

Processo n.º 149/2000 – Filipe Duarte Galo Campos Neto – Licenciamento de ampliação/alteração e construção de piscina – Rua Fonte Esquerda, 12 – Corredoura – valor da licença 1.511,38€ – \*STP 32,77 m2 – Deferido.

STP = Superfície Total de Pavimento

#### **DESPACHOS DA VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA ZONA ORIENTAL**

(Por delegação do Executivo)

##### **Reunião de 09 de Outubro de 2018**

##### **de 11 de Setembro de 2018**

Processo n.º 27/2017 – Domingos Manuel Gato Gorrão – Construção de moradia – Pinhal do General, lote 1111 – valor da licença 11.978,58€ – \*STP 329,30m2 – Deferido



Processo n.º 175/2016 – Construções do Sinhel, Ld.<sup>a</sup> – Construção de alterações – Pinhal do General, lote 1186 – valor da licença 88,17€ – Deferido

Processo n.º 82/2018 – CPCR, Ld.<sup>a</sup> e 19 X Unp, Ld.<sup>a</sup> – Construção de moradia – Boa Água 3, lote 223 – valor da licença 18.827,65€ – \*STP 415,10m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 235/1983 – Reflivaga, Ld.<sup>a</sup> – Construção de alterações e ampliação – Conde 3, lote 6 A – valor da licença 319,06€ – \*STP 5 m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 96/1984 – Florival Peixeiro – Construção de alterações – Conde 1, lote 390 – valor da licença 39,86€ – Deferido

Processo n.º 197/2017 – Sérgio Alexandre Lima da Mota Vieira – Construção de moradia e piscina – Quinta do Peru, lote 279 – valor da licença 4.827,59€ – \*STP 333 m<sup>2</sup> – Deferido

#### **de 27 de Setembro de 2018**

Processo n.º 177/1984 – Carmali Amade-Sociedade Imobiliária e Hoteleira, Ld.<sup>a</sup> – Alteração ao uso, legalização de alterações e ampliação e construção de alterações e ampliação – Conde 1, lotes 72 e 73 – valor da licença 4.978,03€ – \*STP 77 m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 79/1985 – Machadinho e Baeta, Ld.<sup>a</sup> – Construção de moradia – Pinhal do General, lote 386 – valor da licença 10.952,10€ – \*STP 301,30 m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 182/1987 – Maria Isabel de Jesus Ferraz Pedrinho – Legalização/ampliação de anexo e construção de piscina – Boa Água 3, lote 162 – valor da licença 1.455,53€ – \*STP 25,58m<sup>2</sup> – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

---

### **DESPACHOS DA VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA ZONA OCIDENTAL** (Por delegação do Executivo) **Reunião de 08 de Agosto de 2018**

#### **(zona 2) de 02 a 16 de Outubro de 2018**

Processo n.º 98/2017 – Marlene Roseiro Pinhal – Construção de moradia e muro de vedação – Rua da Azinhaga da Cabreira – Zambujal de Cima – valor da licença 5.096,68€ – \*STP 140,42 m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 43/2016 – Socinfersa, Investimentos Imobiliários, SA – Construção de edifício de habitação coletiva – Largo Luís de Camões, n.ºs 11 e 12 – Santiago – valor da licença 18.668,48€ – \*STP 257,48 m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 141/2017 – Carla Alexandra Vaz Costa – Ampliação de moradia e legalização de garagem – Avenida 25 de Abril, n.º 98 – Zambujal

– valor da licença 71.773,63€ – \*STP 104,98 m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 143/2017 – QLIFE, Ld.<sup>a</sup> – Demolição parcial de edifício – Rua Professor Joaquim Marques Pólvora, n.º 7 – Santiago – valor da licença 35,42€ – \*STP 60,03 m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 45/2018 – QLIFE, Ld.<sup>a</sup> – Alteração e ampliação de edifício – Rua António Augusto de Aguiar, n.º 7 e 9 – Santiago – valor da licença 11.065,16€ – \*STP 138,74 m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 118/1973 – Administração do Condomínio da Conselheiro Ramada Curto, n.º 28-28A – Alterações de edifício – Rua Conselheiro Ramada Curto, n.º 28-28A – Santiago – valor da licença 88,47€ – Deferido

Processo n.º 580/1999 – António Pita Alves – Construção de piscina, Casa das máquinas e instalação sanitária – Rua da Macieira, n.º 3 – Maçã – valor da licença 250,72€ – \*STP 6,04 m<sup>2</sup> – Deferido

#### **(zona 5) de 12 e 13 de Outubro de 2018**

Processo n.º 213/2017 – Luís Miguel Farinha Martins – Licenciamento de construção de moradia e legalização de anexo e muro – Lote proj. 128Q – Casal do Sapo – valor da licença 489,16€ – \*STP 102,82 m<sup>2</sup> (licenciamento) 32,61 m<sup>2</sup> (legalização) – Deferido

Processo n.º 156/2017 – José Pereira Barbosa – Licenciamento de construção de moradia e muro – Alameda de S. Pedro, lote 162 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 428,60€ – \*STP 176,00 m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 203/2017 – Freitas Machado e Filhos, Ld.<sup>a</sup> – Licenciamento de construção de moradia, anexo e muro – Rua da AUGI 39, lote 8 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 482,57€ – \*STP 194,90 m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 204/2017 – Freitas Machado e Filhos, Ld.<sup>a</sup> – Licenciamento de construção de moradia, anexo e muro – Rua da AUGI 39, lote 9 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 518,08€ – \*STP 203,3 m<sup>2</sup> – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

---

### **DESPACHOS DA VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA ZONA ORIENTAL** (Por delegação do Executivo) **Reunião de 25 de Outubro de 2018**

#### **de 4 de Outubro de 2018**

Processo n.º 119/2018 – Prata de Matos, Ld.<sup>a</sup> – Construção de moradia – Conde 3, lote 2.287 – valor da licença 13.596,24€ – \*STP 299,70m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 90/2018 – Bruno Miguel Guerreiro da Silva – Construção de moradia – Conde 3, lote 3.073 – valor da licença 10.625,39€ – \*STP

234,17m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 92/2018 – José Carlos Nunes da Mata e outro – Construção de moradia – Pinhal do General, lote 1.789 – valor da licença 5.069,26€ – \*STP 139,49m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 723/1983 – Augusto António Pinela – Construção de alterações e ampliação – Conde 3, lote 3 C – valor da licença 175,90€ – \*STP 49,40 m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 56/2018 – Jornada Cordial Unipessoal, Ld.<sup>a</sup> – Demolição – Conde 2, lote 87 – valor da licença 17,98€ – \*STP 24 m<sup>2</sup> – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

---

### **DESPACHOS DA VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA ZONA ORIENTAL** (Por delegação do Executivo) **Reunião de 06 de Novembro de 2018**

#### **de 4 de Outubro de 2018**

Processo n.º 52/2018 – Yves Jean Pierre – Construção de moradia e piscina – Quinta do Peru, lote 92 – valor da licença 2.485,67€ – \*STP 331,55m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 238/1987 – A.J Martins Seco, Ld.<sup>a</sup> – Legalização de alterações em moradia e legalização de garagem e muro – Conde 1, lote 1.138 – valor da licença 980,12€ – \*STP 19,16m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 177/2017 – A.J Martins Seco, Ld.<sup>a</sup> – Construção de moradia – Pinhal do General, lote 327 – valor da licença 9.404,07€ – \*STP 259,24m<sup>2</sup> – Deferido

Processo n.º 178/2017 – A.J Martins Seco, Ld.<sup>a</sup> – Construção de moradia – Pinhal do General, lote 326 – valor da licença 9.404,07€ – \*STP 259,24m<sup>2</sup> – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

JOAQUINA ODETE MARTINS DA GRAÇA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA

FAZ PÚBLICO, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º 19.º do Regimento deste Órgão Autárquico, que a Assembleia Municipal na sua sessão extraordinária realizada no dia 16 de novembro de 2018, tomou as seguintes deliberações:

Período de Antes da Ordem do Dia

Aprovou por unanimidade a ata da sessão ordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2017.

Aprovou por unanimidade a ata da primeira reunião da sessão ordinária de abril de 2018 realizada no dia 20.

Aprovou por unanimidade a ata da segunda reunião da sessão ordinária de abril realizada no dia 26.

Aprovou por unanimidade a Saudação com o título “Subida à Divisão de Elite de Futebol de Praia do Grupo Desportivo de Sesimbra e do Grupo Desportivo de Alfarim” que se transcreve: “O passado dia 26 de Agosto ficará para sempre marcado na história do futebol de praia nacional e muito particularmente na história do desporto do nosso concelho. Nas areias da Nazaré, o Grupo Desportivo de Alfarim e o Grupo Desportivo de Sesimbra disputaram a fase final do nacional que dava acesso à subida à divisão de Elite, os nossos dois clubes venceram os seus jogos garantindo dessa forma a presença na final, facto que desde logo permitia festejar pois a subida à Elite estava assegurada a ambos os finalistas. Apenas um podia vencer e foi o Alfarim a arrebatador do título de campeão ficando o Sesimbra como vice-campeão, numa final que foi o culminar de uma trajetória impar dos dois clubes onde o desportivismo e o Fair-play apresentados dentro de campo pelos jogadores, bem como a postura de técnicos e dirigentes durante toda a caminhada em muito honrou a imagem das nossas gentes. O concelho ganhou, foi o que todos disseram e esse é um facto inquestionável, facto esse que vem demonstrar mais uma vez todo o trabalho efetuado nos clubes com especial foco nos escalões de formação de onde são oriundos grande parte dos atletas dos dois planteis e ao qual se soma um conjunto de investimentos da autarquia para que a prática deste desporto seja uma realidade durante todo o ano e que resulta agora na chegada da Elite do Futebol de Praia ao complexo da Praia do Ouro. Assim a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 16 de Novembro de 2018, saúda toda a estrutura do Grupo Desportivo de Alfarim e do Grupo Desportivo de Sesimbra bem como todos os seus associados pelos títulos e por esta assinalável subida de divisão.”

Aprovou, por unanimidade, a Saudação subordinada ao título “100 anos do Armistício” que a seguir se transcreve: “Fez precisamente 100 anos desde que, às 11h daquele dia 11 de novembro de 1918, os Aliados e a Alemanha se sentaram à mesma mesa e assinaram o armistício que pôs fim aos quatro anos do conflito que ficou para a história como a 1ª Guerra Mundial. Um conflito onde combateram dezenas de milhares de portugueses divididos por várias frentes de batalha. Onde Portugal viu os seus homens partirem rumo a norte e além-mar. Entre esses homens iam os nossos Sesimbrenses que a guerra forçou a saírem do nosso concelho, os que aqui não nasceram, mas já cá viviam quando embarcaram, e aquele que escolheram a nossa terra para viver quando o conflito terminou e voltaram finalmente a casa. Por isso, a Assembleia Municipal decidiu recordar o centenário do fim da guerra e prestar a homenagem devida aos homens que se bateram nos campos de batalha de África e da Flandres, na defesa do seu país, levantando-se sobre todos o reconhecimento nesta data histórica.

E decidimos homenagear os nossos homens, porque sentimos que lhe devemos o reconhecimento pelo seu esforço. Mas decidimos assinalar a data porque temos o dever, enquanto órgão democraticamente eleito, de celebrar a paz e de fazer tudo o que está ao nosso alcance para que a guerra não passe de uma memória do passado do nosso país e do nosso concelho.

E ao celebrar a paz e homenagear os nossos estamos também a contribuir para avivar memórias. Memórias individuais e coletivas sobre o que nenhum de nós viveu, mas que todos sentimos porque nos contaram. Porque negar a história é negar os erros. E nós, temos o dever e mesmo a obrigação de não deixar esquecer os erros do passado, para que no futuro os mesmos não se voltem a repetir. Escolher esquecer o que se passou em tempos longínquos é não querer saber do que eventualmente poderá passar-se no futuro. E nós queremos saber. Escolhemos a paz sobre a guerra e escolhemos homenagear os que foram forçados a combater para que a paz imperasse.

Neste sentido, homenageamos os milhares que partiram de todo o país rumo à frente de batalha. O Concelho de Sesimbra contribuiu com uma gota no oceano de militares portugueses enviados para o combate. Mas essa gota para nós é o suficiente para que queiramos eternizar os homens que a compuseram, bem como as suas famílias que ainda cá estão. Não queremos, de todo, entrar em debates ideológicos que por vezes tomam de assalto estes assuntos da guerra e da paz. Não queremos levantar uma barreira entre uns e outros. O que nós queremos, com esta singela homenagem, é destruir essas mesmas barreiras e unirmo-nos em torno de causas que são de todos: a paz e a liberdade. Paz e liberdade que estes homens, e outros que porventura não conseguimos apurar, contribuíram para que hoje fosse uma realidade.

Porque não podemos ser verdadeiramente livres se não nos sentirmos seguros. Porque não podemos ser verdadeiramente livres se vivermos sob ameaças constantes. Porque não podemos ser verdadeiramente livres se não tivermos confiança naqueles que, em caso de necessidade, nos defenderão até com o sacrifício da própria vida.

E se hoje somos livres em muito o devemos às nossas Forças Armadas que estiveram sempre do lado da defesa dos cidadãos deste nosso país. Hoje, cem anos depois,

lembramo-nos dos nossos para que nunca nos esqueçamos deles e de tudo o que passaram para que Portugal fosse hoje aquilo que é. Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 16 de Novembro de 2018, saúda o fim da guerra e a memória dos nossos homens que nela combateram. Aprovou, por maioria, com 22 votos a favor (12 CDU, 7 PS, 2 MSU e 1 BE) e 2 votos contra do PPD/PSD.CDS-PP, a Saudação subordinada ao título “Mais e melhor transporte público na Área Metropolitana de Lisboa” que a seguir se transcreve: “A mobilidade urbana é um dos principais desafios para as sociedades contemporâneas. Nos últimos anos, o modelo de desenvolvimento urbano associado a um subinvestimento em transporte público conduziu a uma situação de forte dependência do transporte individual. As implicações são evidentes e são bem negativas na qualidade de vida dos cidadãos a nível ambiental, na diminuição da competitividade do território, na balança externa do país, bem como na promoção de injustiça social, na medida em que são as classes mais baixas que mais sofrem com os preços elevados dos transportes públicos. Assim, torna-se imperativo desenvolver uma política de transportes que privilegie o transporte público coletivo, os modos partilhados, a maior eficiência energética e a adoção de energias limpas, com vista, tanto à redução do uso do veículo próprio, como à promoção da descarbonização.

No pretérito dia 17 de outubro, a Área Metropolitana de Lisboa e os 18 municípios que a integram, assumiram um conjunto de compromissos que são um marco para a melhoria dos transportes e da mobilidade dos cidadãos na região. Com o objetivo de disponibilizar uma plataforma de bilhética comum a todos os operadores de transportes e a criação de um sistema de bilhética único dos municípios, a comissão executiva da Área Metropolitana de Lisboa foi mandatada para a criação de uma empresa local (metropolitana); foi ainda aprovada a utilização de uma marca única e exclusiva para todos os serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros de âmbito municipal e intermunicipal da AML. Ainda no mesmo dia, por parte dos municípios, tendo em consideração a necessidade de cofinanciamento do sistema de transporte, foi assumida a comparticipação de cerca de 31.225.000 de euros.

Todas estas medidas permitirão, com um sistema de bilhética único, circular dentro dos municípios a um valor máximo de 30 euros e dentro da Área Metropolitana de Lisboa a um custo de 40 euros, com um limite de 80 euros por família. Esta medida será participada e inscrita no Orçamento do Estado para o ano de 2019.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra delibera:

- 1- Congratular o XXI Governo da República pela inscrição na proposta do Orçamento de Estado para 2019 da medida que visa participar financeiramente as compensações ao operador, por forma a garantir o passe único a custos reduzidos;
- 2- Congratular o Conselho Metropolitano de Lisboa pela criação da empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa;
- 3- Congratular o município de Sesimbra pelo esforço financeiro com o objetivo de garantir a oferta de Transporte Público na Área Metropolitana de Lisboa;
- 4- Reiterar ao Governo a necessidade da existência de um mecanismo financeiro proveniente do Orçamento do Estado para assegurar que Área Metropolitana de Lisboa garanta a operação em termos de reforço da rede e melhoria do material circulante.

Dar conhecimento da Saudação ao Conselho Metropolitano de Lisboa, à Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias da Freguesia do Concelho de Sesimbra, órgãos de comunicação social local e regional.” O Grupo Municipal do PPD/PSD.CDS-PP prestou Declaração de Voto.

Aprovou, por unanimidade, a Saudação sobre o Dia Nacional do Mar que a seguir se transcreve: “Celebra-se hoje o Dia Nacional do Mar. A celebração deste dia teve origem na “Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”, que entrou em vigor a 16 de novembro de 1994, tendo Portugal ratificado o documento em 1997.

O mar é um elemento fundamental das nossas vidas. É nele que se encontra a principal fonte de vida deste planeta e tem um papel fundamental na manutenção das condições de equilíbrio no ambiente, funcionando como um regulador das condições atmosféricas. O mar representa a maior fronteira de Portugal. Foi esta fronteira que há mais de 500 anos nos permitiu chegar a diferentes pontos do mundo e abrir as portas a novos povos e civilizações, definindo a sociedade aberta e multicultural a que hoje nos orgulhamos de pertencer. O mar representa também para o nosso país o desenvolvimento económico e, em momentos de crise, sempre temos encontrado nesse azul imenso uma janela de esperança e a possibilidade de traçar um novo rumo para a prosperidade. Mas se do mar podemos tirar riqueza, temos, antes de mais, que ser os seus primeiros guardiões, temos que assumir a responsabilidade de o preservar e de o garantir a salvo das ameaças a que diariamente se encontra sujeito.

A posição geográfica do concelho de Sesimbra faz também com que, ao longo dos tempos, o mar tenha sido um dos seus principais marcos identitários e, em torno dele, se tenham desenvolvido as principais atividades económicas da região.

Somos uma terra com uma muito forte ligação ao mar e, apesar de alguma mágoa pelo infortúnio das vidas dos heróis que junto dele tem sucumbido, está sempre presente na alma sesimbrense e é a ele que recorremos nos momentos de introspeção e da procura pela tranquilidade de espírito.

Comemorar o dia do mar é assim lembrar a sua importância para as nossas vidas e vincar a nossa responsabilidade na sua proteção e preservação. Proteger o mar é proteger cada um de nós, proteger as nossas famílias e garantir a existência de um planeta saudável para as gerações vindouras. Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra aprova a presente Saudação ao Dia Nacional do Mar. Dar conhecimento ao Governo, Assembleia da República, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia

do concelho, Estruturas Associativas e Organizações de Produtores do Setor das Pescas, órgãos de comunicação social local e regional. “Aprovou, por unanimidade, a Moção sob o título “Centro de Saúde da Quinta do Conde” que se passa a transcrever:

“Desde a sua construção que se verifica que o Centro de Saúde da Quinta do Conde é insuficiente para fazer face às necessidades da população que abrange. O projeto inicial foi reduzido na área de construção, e hoje a realidade demonstra a necessidade de alargamento da resposta ao nível dos cuidados de saúde primários nesta freguesia.

A freguesia da Quinta do Conde tem 14,22 quilómetros quadrados e 25606 habitantes (Censos 2011). Em 1991, o número de habitantes situava-se nos 7958, o que reflete o grande crescimento demográfico desta freguesia ao longo dos últimos vinte anos. Hoje, e em fase do crescimento previsto, estes números serão superiores certamente aos de 2011. Consta-se assim a necessidade urgente de descentralizar e alargar as instalações do Centro de Saúde da Quinta do Conde, para assegurar uma adequada prestação de cuidados de saúde à população.

A solução apresentada pelo Ministério da Saúde passa pela reabilitação e ampliação das antigas instalações da unidade de saúde da Quinta do Conde para a instalação de seis médicos de família a acrescentar aos existentes no atual centro de saúde. Não recusamos esta solução, que no entanto é no nosso entender, uma solução não mais que provisória e que não dará a resposta adequada às necessidades da população abrangida. Basta atentar no rácio de número de utentes por médico, a rondar os 3000, considerando os mais 30.000 residentes atuais da freguesia da Quinta do Conde.

Por outro lado, a falta de um serviço de Atendimento Permanente para a população da Quinta do Conde obriga a deslocações para fora da freguesia ou para Sesimbra que, como é do conhecimento público, funciona num horário na nossa opinião insuficiente para a resposta adequada à população do concelho de Sesimbra, ou para o Hospital de São Bernardo, em Setúbal, obrigando por essa via a enormes deslocações desta população, que por vezes podem ser superiores a 50Km, para poder ter acesso aos cuidados de saúde ditos de urgência. Assim, e não nos opondo à solução preconizada pelo Ministério da Saúde para a reabilitação e ampliação das antigas instalações da Unidade de Saúde da Quinta do Conde,

1- A Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 16 de novembro de 2018 vem solicitar ao Ministério da Saúde que seja construído de raiz um novo Centro de Saúde para a Quinta do Conde de forma a dar a resposta adequada aos habitantes desta freguesia. Dar conhecimento: Câmara Municipal de Sesimbra; Junta de Freguesia da Quinta do Conde; Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde; Comissão Representativa dos Utentes dos Serviços Públicos de Saúde da Quinta do Conde; Arcs Arrábida; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Ministro da Saúde.”

Aprovou por unanimidade a Moção subordinada ao tema “Dragagens do Sado / Por uma estratégia de equilíbrio e desenvolvimento sustentável”, cujo conteúdo é o seguinte: “A Administração de Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS) pretende realizar um projeto de “Melhoria da Acessibilidade Marítima ao Porto de Setúbal”, com dragagem no rio Sado, a fim de fazer um porto de profundidade para navios de grande porte.

A modernização e o desenvolvimento são indissociáveis da salvaguarda do equilíbrio entre a atividade comercial, a defesa do ambiente, a promoção e valorização da atividade piscatória e turística. Daqui resultam as maiores preocupações sobre as alterações e os impactos que podem advir futuramente, seja a nível socioeconómico, ambiental, entre outros fatores, de igual importância e a preocupação que podem afetar direta ou indiretamente o concelho de Sesimbra; Na realidade o estudo de impacto ambiental identifica um conjunto de riscos, bem como as medidas para os minimizar, assegurando a monitorização ao longo e após o desenvolvimento dos trabalhos, mas cujas garantias sobre a sua real influência não são conhecidas; Ponderando que a minimização dos impactos, não só aos valores naturais, mas também de particular importância, as questões levantadas por representantes do Setor da Pesca, relativamente à localização escolhida para a deposição dos dragados, cujo impacto poderá afetar a pesca artesanal, onde capturam excelente pescado, moluscos e bivalves (para o qual, a APSS já se mostrou disponível para a eventual alteração); Considerando que o Parque Marinho Prof. Luiz Saldanha, incluído no Parque Natural da Arrábida, é uma zona do ponto de vista da conservação, com aspetos importantes a preservar pelo seu carácter único, na sua biodiversidade, com pradarias marinhas e berçários, e faz parte integrante do sistema nacional de áreas protegidas pelo ICNF, integrada em rede natura 2000, e cujo POPNA já deveria ter sido revisto visando um desenvolvimento sustentável;

Considerando que a Baía de Sesimbra, onde as atividades de lazer ligadas ao mar convivem com as artes e tradições da pesca, aliada à sua beleza natural e paisagística, com praias balneares, com águas de excelente qualidade e é já uma referência, como um dos spots de mergulho mais fantásticos e uma atividade económica que vem sendo impulsionada. A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 16 de novembro de dois mil e dezoito vem assim solicitar:

- Que seja garantida a localização da deposição dos dragados (na Zona A, “Restinga”) para outro local onde os estudos considerem de menor impacto;

- Que a monitorização da qualidade da água abranja o concelho de Sesimbra, tendo em conta que o Parque Marinho Luiz Saldanha, se situa em grande parte neste concelho, de modo a permitir perceber que impactos possam existir neste território;

- Que o processo de dragagens possa ser reponderado, considerando as dúvidas suscitadas no estudo de impacto ambiental, designadamente, por via da libertação de partículas nocivas para o ecossistema e poluição das águas;

- Que o concelho de Sesimbra seja compensado de eventuais impactos gerados pelas dragagens do rio Sado.

Dar conhecimento a: Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Câmara Municipal de Setúbal; Assembleia Municipal de Setúbal; Ministra do Mar; Área

Metropolitana de Lisboa; APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra; Doca Pesca – Portos e Lotas, SA; Artesanal Pesca - Organização de Produtores da Pesca, CRL; ASAPCCN - Associação do Sul dos Armadores de Pesca Costeira e Construção Naval; AAPCS - Associação dos Armadores de Pesca Artesanal e Local do Centro e Sul; STPS - Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul; Ministério do Ambiente; Comunicação Social.” O Grupo Municipal do PPD/PSD.CDS-PP prestou Declaração de Voto.

Aprovou por maioria com 15 votos a favor (12 CDU, 2 PSD e 1 BE) 2 votos contra do MSU e 7 abstenções do PS, a Moção subordinada ao tema “Dragagens do Sado”, cujo conteúdo é o seguinte: “As dragagens previstas no Estuário do rio Sado, para aumentar a circulação de navios de grande calado, destinam-se a valorizar economicamente o porto de Setúbal na concorrência com os de Lisboa e Sines. Até agora têm sido feitas dragagens de manutenção que permitiram combater a tendência natural para o assoreamento e dar acessibilidade a embarcações que se articularam com a atividade económica da região, nomeadamente com a Autoeuropa. Apesar de esta operação poder vir a ter efeitos positivos sobre alguns segmentos da economia regional, não deixa de ser verdade que a dimensão dos trabalhos de remoção profunda de areias que está programada levanta sérias ameaças sobre o equilíbrio do ecossistema ligado ao Estuário do Sado, pondo em risco a biodiversidade, as atividades ligadas ao turismo e a sobrevivência de algumas praias da zona envolvente.

Por outro lado, os materiais que resultarem das dragagens podem conter elementos de contaminação importantes, pois eles resultam de muitos anos de acumulação no fundo do Sado de derivados poluentes das atividades industrial e agrícola, pelo que é essencial conhecer o destino previsto para eles. Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida no dia 16 de novembro de 2018 exige que sejam divulgados publicamente os impactos previstos das operações de dragagem no Sado e a reponderação dos respetivos trabalhos até ao total esclarecimento da situação.”

Aprovou por unanimidade, a Recomendação com o título “Posicionamento de Contentores”, cujo conteúdo é o seguinte: “Recentemente verificou-se que a empresa AMARSUL, colocou e bem, contentores para a reciclagem na freguesia da Quinta do Conde. No entanto a sua colocação, no entender da Assembleia Municipal de Sesimbra, verificou-se de uma forma inconsciente, e sem o mínimo de segurança.

Além disso, estes mesmos contentores ao serem montados sem qualquer tipo de proteção, quer numa situação de crueldade ou por condições climáticas adversas, podem provocar acidentes. Damos como simples exemplo a “Rua das Rosas” que é uma rua a descer e os contentores foram colocados no início da rua. Assim, e considerando que os contentores ocupam por completo passeios, obrigam crianças, pessoas idosas, deficientes, pessoas com carrinhos de bebé e todos os outros, a passar para a faixa de rodagem, sendo esta de tráfego rodoviário intenso, onde existe o perigo de acidentes por atropelamento. No entanto, e tendo por base a postura da Câmara Municipal de Sesimbra relativamente às suas preocupações ambientais e às necessidades dos Municípios, não queremos deixar de manifestar a nossa inteira disponibilidade para continuar a acompanhar, como temos feito até aqui, esta e outras situações que comprometam o grau de excelência que pretendemos para o nosso concelho.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Sesimbra, na sua reunião de 16 de novembro de 2018, recomenda à Câmara Municipal de Sesimbra que em conjunto com a empresa AMARSUL, os referidos contentores sejam instalados com segurança.”

Deliberou por unanimidade, com a concordância do Grupo Municipal proponente, baixar a Recomendação com o título “Estudo sobre necessidades de mobilidade em Sesimbra”, à Comissão de Transportes, Mobilidade e Segurança.

Deliberou por unanimidade, com a concordância do Grupo Municipal proponente, transitar para o Período de Antes da Ordem do Dia da sessão extraordinária de 30 de novembro, a Recomendação com o título “Melhoria da Iluminação Pública na Avenida da Liberdade – Sesimbra”.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS

Neste período não se verificou qualquer intervenção.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto da Ordem de Trabalhos

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação da taxa a aplicar em 2018, a cobrar em 2019;

A Assembleia Municipal de Sesimbra aprovou, sob proposta da Câmara Municipal: Por maioria, com 14 votos a favor (12 CDU e 2 PPD/PSD.CDS-PP) e 10 votos contra (7 PS, 2 MSU e 1 BE):

A - Fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis dos prédios urbanos e rústicos nos termos do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI no ano de 2018, a cobrar em 2019, nos seguintes valores respetivamente:

a) Prédios Rústicos: 0,8%

b) Revogada

c) Prédios Urbanos: 0,4%

Por maioria, com 16 votos a favor (12 CDU, 2 PPD/PSD.CDS-PP e 2 MSU), 7 votos contra do PS e 1 abstenção do BE.

B - para os efeitos fixados no n.º 6 do artigo 112.º do CIMI:

a) Que a área territorial de incidência do incentivo para combate à desertificação e reabilitação urbana coincida com a do Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra, indicada na planta anexa;

b) Minorar por um período máximo de cinco anos, as taxas a vigorarem a partir de 2019, para os prédios sítos na área territorial, definida na planta anexa, cujos proprietários comprovem, até 30 de Junho de 2019, ter realizado obras de reabilitação nos últimos seis anos, de acordo com os seguintes critérios:

i. Recuperação integral do prédio (externa e interna), sem aumento da STP (superfície total de pavimentos) – 30%



ii. Recuperação geral externa ou recuperação geral das infraestruturas internas sem aumento da STP – 20%

iii. Recuperação parcial ou recuperação do prédio com aumento da STP-10%

Por unanimidade:

C- Para os efeitos do permitido legalmente no n.º 14 do artigo 112.º do CIMI na atual redação, fixar-se para o ano de 2018 do IMI a cobrar em 2019, a dedução fixa ao IMI familiar de contribuintes com a taxa de 0,4% a fixar nos termos do ponto A, em epígrafe nos seguintes valores:

Número de dependentes a cargo do proprietário de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do mesmo, (nos termos previsto no artigo 13.º do Código do IRS) que compõem o agregado familiar respetivo a 31 de Dezembro Dedução Fixa em euros, conforme aditamento 112.º-A ao CIMI, introduzido pela Lei do OE (seu artigo 161.º) para o ano de 2016.

1- 20 euros

2- 40 euros

3 ou mais- 70 euros

De acordo com estimativa a aprovação desta redução implica a diminuição da receita da Autarquia na ordem de 163 000 Euros, valor calculado com base nos dados informados pela AT em 14 de Setembro do corrente ano, referenciados ao ano transato, conforme consta na informação nº. 15725, de 2/10/2018, do DAF- Gestão Financeira.”

2.º Ponto da Ordem de Trabalhos

Imposto Municipal sobre Rendimento das Pessoas Singulares’2019 (IRS) – Fixação da taxa;

A Assembleia Municipal de Sesimbra aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, por maioria, com 16 votos a favor (12 CDU, 2 PPD/PSD.CDS-PP e 2 MSU) e 8 votos contra (7 PS e 1 BE), a fixação da percentagem de participação variável do IRS, a vigorar em 2019, no valor de 5%.

3.º Ponto da Ordem de Trabalhos

Lançamento de derrama sobre a coleta do IRC’2018, a cobrar em 2019

A Assembleia Municipal de Sesimbra aprovou por maioria, com 16 votos a favor (12 CDU, 2 PPD/PSD.CDS-PP e 2 MSU) e 8 votos contra (7 PS e 1 BE):

1. O lançamento de uma Derrama de 1,5 % sobre o Lucro Tributável Sujeito e não Isento de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) de 2018 a cobrar no ano de 2019;

2. A isenção da derrama por um período de 3 anos aos sujeitos passivos que instalem a respetiva sede social, assim como aos sujeitos passivos que já tenham a sua sede social no Concelho de Sesimbra e que criem e mantenham postos de trabalho efetivos, durante o mesmo período nos seguintes termos:

• Microempresas (até 10 trabalhadores) – 1 Posto de Trabalho

• Pequenas Empresas (até 50 trabalhadores) – 3 Postos de Trabalho

• Médias Empresas (Entre 50 e 250 trabalhadores) – 6 Postos de Trabalho

A aludida isenção está conforme os poderes tributários conferidos aos municípios nos termos da alínea d) do artigo 15.º e das isenções e benefícios fiscais do n.º 2 do artigo 16.º, ambos da Lei nº. 73/2013, de 3 de Setembro, tendo em vista fomentar a economia local e promover a criação de emprego atendendo à grave crise de desemprego que continua a grassar.

A concretização da isenção proposta ficará condicionada à entrega dos elementos comprovativos por parte das empresas que pretendam beneficiar da mesma e da inscrição desta na plataforma da Autoridade Tributária.

Os Grupos Municipais da CDU, PS, MSU e BE prestaram Declarações de Voto conjuntas relativas aos pontos 1, 2 e 3 da Ordem de Trabalhos.

4.º Ponto da Ordem de Trabalhos

Taxa Municipal de Direitos de Passagem’2019 – Fixação

A Assembleia Municipal de Sesimbra deliberou por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, fixar o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2019.

O Grupo Municipal do PPD/PSD.CDS-PP prestou Declaração de Voto conjunta relativa aos pontos 1, 2, 3 e 4 da Ordem de Trabalhos.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Sesimbra, 19 de novembro de 2018.

A Presidente da Assembleia Municipal,

**Joaquina Odete Martins da Graça.**



Avenida da Liberdade, n.º 46  
2970-635 Sesimbra

E-mail:  
cineteatro@cm-sesimbra.pt

**Bilheteira**  
Rua João da Luz,  
n.º 5 – 2970-762 Sesimbra

**Horário**  
Quarta a domingo,  
das 16 às 20h

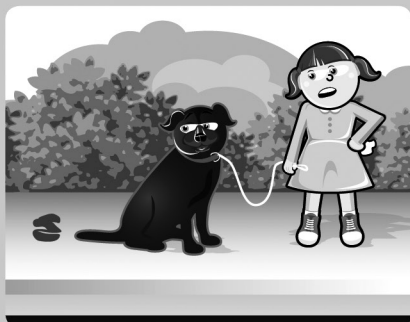
O horário é prolongado em  
dias de espetáculo/ cinema,  
até 30 minutos depois do  
início dos mesmos.

Reservas: 21 223 40 34

**SESIMBRA**

MANTENHA UM BOM AMBIENTE

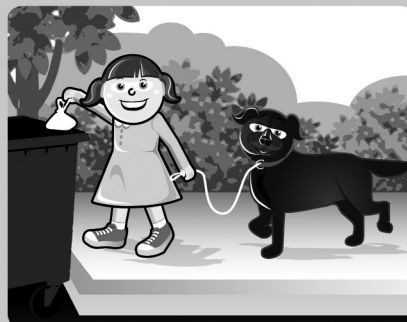
# Não deixe que o seu cão suje o chão



Quando passear o seu cão...



...recolha os dejetos...



...e coloque-os no lixo.

A nossa rua limpa  
tem outra pinta!



**SESIMBRA**

AJUDE-NOS A MANTER UM BOM AMBIENTE

## Recolha de Resíduos

Lixo doméstico



Coloque sempre o lixo doméstico em sacos bem atados e mantenha o contentor fechado depois de o depositar.

Verdes



Os resíduos verdes de jardim ou hortas devem ser colocados junto ao contentor em sacos (relva e folhas) ou atados (ramagens)\*. Pode também depositá-los no EcoCentro Municipal.

Monos domésticos



Se tiver monos domésticos (eletrodomésticos ou mobília) para deitar fora, contacte a Câmara Municipal pelo telefone **21 228 85 82** e combine uma data para a recolha. Pode também depositá-los no EcoCentro Municipal.

\* Até um máximo de 1100 litros, o equivalente à capacidade de um contentor.

A nossa rua limpa  
tem outra pinta!



O não cumprimento das regras apresentadas constitui contra-ordenação punível com coima (de € 250 a € 30 000), de acordo com a legislação em vigor.

INFORMAÇÕES: Divisão de Higiene Urbana | Tel.: 21 228 85 82

**SESIMBRA**